

|  |    |
|--|----|
| <i>Nota à 15ª edição</i> .....   | 7  |
| <b>PARTE I — INTRODUÇÃO</b> .....  | 25 |
| Capítulo I — <b>O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>  |    |
| <b>I</b> — <i>As funções do Estado</i> .....   | 27 |
| <b>II</b> — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i> .....   | 30 |
| <b>III</b> — <i>A função política ou de governo</i> .....  | 34 |
| <b>IV</b> — <i>O Direito Administrativo</i> .....  | 35 |
| <b>V</b> — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i> ..  | 36 |
| <b>VI</b> — <i>O regime jurídico administrativo</i> .....  | 45 |
| <b>VII</b> — <i>Conceito jurídico de interesse público</i> .....   | 50 |
| <b>VIII</b> — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> .....  | 60 |
| <i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado,</i><br><i>60; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos</i><br><i>interesses públicos, 64</i>   |    |
| <b>IX</b> — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> .....  | 77 |
| Capítulo II — <b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>   |    |
| <b>I</b> — <i>Princípios expressos e implícitos</i> .....  | 86 |
| <i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 87; 2ª) Princípio da legalidade, 90; 3ª) Princípio da finalidade, 97; 4ª) Princípio da razoabilidade, 99; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 101; 6ª) Princípio da motivação, 102; 7ª) Princípio da impessoalidade, 104; 8ª) Princípio</i> |    |

da publicidade, 104; 9ª) Princípios do devido processo legal e da ampla defesa, 105; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 109; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 110; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 110; 13ª) Princípio da eficiência, 111; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 112

**II** — Restrições excepcionais ao princípio da legalidade

a) Medidas provisórias, 115; b) Estado de defesa, 123; c) Estado de sítio, 124

**PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO**

**ADMINISTRATIVO ..... 127**

**Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**I — Os órgãos e as competências públicas ..... 129**

Órgãos públicos, 130; Classificação dos órgãos, 131; Competências públicas, 132 (Conceito de competência, 134)

**II — Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia ..... 136**

**III — Centralização e descentralização administrativa ..... 139**

Desconcentração, 140; A hierarquia e os poderes do hierarca, 140; Distinção entre descentralização e desconcentração, 141; O controle, 141

**IV — Organização administrativa da União: Administração direta e indireta ..... 142**

Administração direta da União, 143; Critério classificador do Decreto-lei 200, 144

**Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS ..... 147**

**I — Autarquias**

Conceito, 147; Regime jurídico, 148 (a) Relações com a pessoa que as criou, 149; b) Relações com terceiros, 152; c) Relações internas, 155); Autarquias especiais ou sob regime especial, 156; Agências reguladoras, 157; Agências executivas, 166

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| II         | — <i>Fundações públicas</i><br><i>Conceito legal: impropriedade, 168; Natureza das fundações públicas, 171</i>   |     |
| III        | — <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i><br><i>Conceito de empresa pública, 172 (Conceito legal: impropriedade, 172); Conceito de sociedade de economia mista, 176 (Conceito legal: impropriedade, 177); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 178; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 179; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 182; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 183; Empresas estatais e concessão de serviço público, 184; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 186; O regime jurídico das empresas estatais, 189 (a) Relações com a pessoa que as criou, 189; b) Relações com terceiros, 192; c) Relações internas, 204)</i> |     |
| IV         | — <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i> .....  | 206 |
|            | <i>Contrato de gestão, 207; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 209 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 214; Contrato entre órgãos?, 216); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 218; Organizações sociais, 218; Organizações da sociedade civil de interesse público, 224</i>  |     |
| Capítulo V | — <b>SERVIDORES PÚBLICOS</b>   |     |
| I          | — <i>Agentes públicos</i> .....  | 226 |
| II         | — <i>Classificação dos agentes públicos</i> .....  | 229 |
|            | <i>a) Agentes políticos, 229; b) Servidores estatais, 230 (Servidores públicos: conceito e espécies, 230; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 232); c) Particulares em colaboração com a Administração, 232</i>  |     |
| III        | — <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i> .....   | 233 |

|      |   |     |
|------|---|-----|
|      | a) <i>Cargos públicos</i> , 233; b) <i>Funções públicas</i> , 234; c) <i>Empregos públicos</i> , 235  |     |
| IV   | — <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i> .....  | 235 |
| V    | — <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i> .....   | 236 |
| VI   | — <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i> .....  | 237 |
| VII  | — <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i> .....  | 243 |
| VIII | — <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i><br>a) <i>Limite global de despesas com pessoal</i> , 244; b) <i>Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações</i> , 248; c) <i>Proibição a União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal</i> , 249   |     |
| IX   | — <i>Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos</i><br>a) <i>Criação de remuneração por subsídios</i> , 249; b) <i>Limite de remuneração</i> , 251; c) <i>Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário</i> , 254; d) <i>Proibição de vinculação de vencimentos</i> , 254; e) <i>Cálculo de acréscimos pecuniários</i> , 254; f) <i>Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i> , 254; g) <i>Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração</i> , 255 |     |
| X    | — <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i> .....   | 256 |
|      | a) <i>Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público</i> , 256 (Admissão e dispensa nas estatais, 259; b) <i>Contratação excepcional sem concurso</i> , 261; c) <i>Direito de greve e de sindicalização</i> , 261; d) <i>Proibição de acumulação remunerada</i> , 262; e) <i>Sanção por improbidade administrativa</i> , 263  |     |
| XI   | — <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i> .....  | 263 |
|      | a) <i>Irredutibilidade de vencimentos</i> , 264; b) <i>Alguns direitos equivalentes aos dos empregados</i> , 264; c) <i>Estabilidade</i> , 265; d) <i>Disponibilidade</i> , 266; e) <i>Apo-</i>   |     |

*sentadoria e proventos*, 266 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 269); f) *Revisão de proventos*, 272; g) *Pensão por morte*, 273; h) *Situação dos atuais servidores*, 273

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| <b>XII</b>  | — <i>Os cargos públicos</i> .....   | 276 |
|             | a) <i>Criação e extinção. Declaração de desnecessidade</i> , 276; b) <i>Classificação dos cargos</i> , 276 (Cargos em comissão, 277; Cargos de provimento efetivo, 277; Cargos vitalícios, 278); c) <i>Lotação dos cargos e “redistribuição”</i> , 279  |     |
| <b>XIII</b> | — <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i> .....   | 279 |
|             | a) <i>Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 280; Posse, 280); b) <i>Provimentos derivados</i> , 281 (Provimento derivado vertical (promoção), 281; Provimento derivado horizontal (readaptação), 282; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 282) |     |
| <b>XIV</b>  | — <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i> .....  | 283 |
|             | a) <i>Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 284 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 284; Direitos de ausência ao serviço, 285; Aposentadoria, 291); b) <i>Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 291   |     |
| <b>XV</b>   | — <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i> .....   | 293 |
|             | <i>Prescrição</i> , 296   |     |
| <b>XVI</b>  | — <i>Sindicância e processo administrativo</i> .....  | 296 |
| <b>XVII</b> | — <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19</i> .....  | 300 |

**PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA** .....

307

**Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO**

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| <b>I</b>   | — <i>Introdução</i> .....   | 309 |
| <b>II</b>  | — <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> .....            | 311 |
| <b>III</b> | — <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i> ..... | 311 |

|      |   |     |
|------|---|-----|
| IV   | — <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i> .....                           | 312 |
| V    | — <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i> .....                                | 318 |
| VI   | — <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i> ..... | 322 |
| VII  | — <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....   | 327 |
| VIII | — <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....           | 334 |
| IX   | — <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....   | 337 |

## Capítulo VII

### — ATOS ADMINISTRATIVOS

|      |  |     |
|------|--|-----|
| I    | — <i>Considerações introdutórias</i><br>a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 339; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 343; c) Os conceitos jurídicos, 344; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 346; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 347; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 350</i>  |     |
| II   | — <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...  | 350 |
| III  | — <i>Conceito de ato administrativo</i> .....  | 352 |
| IV   | — <i>Perfeição, validade e eficácia</i> .....  | 354 |
| V    | — <i>Requisitos do ato administrativo</i> .....  | 356 |
| VI   | — <i>Elementos do ato</i><br><i>Conteúdo, 360; Forma, 361</i>  |     |
| VII  | — <i>Pressupostos do ato</i><br>1) <i>Pressupostos de existência, 361; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 363; B) Motivo (pressuposto objetivo), 363 (Motivo do ato e motivo legal, 364; Motivo e móvel, 365; O papel da vontade no ato administrativo, 365; Motivo e motivação, 366; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 367; Teoria dos motivos determinantes, 369); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 370; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 370 (Teoria do desvio de poder, 371); E) Causa (pressuposto lógico), 373; F) Formalização (pressuposto formalístico), 375</i> |     |
| VIII | — <i>O silêncio no Direito Administrativo</i> .....  | 377 |
| IX   | — <i>Atributos dos atos administrativos</i> .....  | 380 |

*Casos em que cabe executoriedade, 385; Defesas contra a executoriedade, 386*

|      |  |     |
|------|--|-----|
| X    | — <i>Classificação dos atos administrativos</i> .....  | 386 |
|      | a) <i>Quanto à natureza da atividade, 386; b) Quanto à estrutura do ato, 387; c) Quanto aos destinatários do ato, 387; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 388; e) Quanto à função da vontade administrativa, 388; f) Quanto aos efeitos, 389; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 389; h) Quanto à situação de terceiros, 390; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 390; j) Quanto à formação do ato, 391; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 391; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 392</i>                                 |     |
| XI   | — <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....   | 393 |
| XII  | — <i>Atos administrativos “in specie”</i><br><i>Em função do conteúdo, 400; Como formas de manifestação de outros atos, 402</i>  |     |
| XIII | — <i>Procedimento administrativo</i> .....   | 404 |
| XIV  | — <i>Panorama da extinção dos atos administrativos</i> .....   | 406 |
| XV   | — <i>Revogação</i><br><i>Conceito, 409; Sujeito ativo da revogação, 410; Objeto da revogação, 411; Fundamento da revogação, 412; Motivos da revogação, 414; Efeitos da revogação, 415; Natureza do ato revogador, 416; Limites ao poder de revogar, 416; Revogação e indenização, 418</i>  |     |
| XVI  | — <i>Invalidade dos atos administrativos</i> .....   | 420 |
|      | <i>Sujeitos ativos da invalidação, 421; Objeto da invalidação, 421; Fundamento da invalidação, 422; Motivo da invalidação, 422; Efeitos da invalidação, 423; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 423; Atos irregulares, 427; Comentários às diferentes teorias, 427; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 428; Convalidação, 430; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 431; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 434; Regime dos atos inválidos, 435; Invalidação e dever de indenizar, 435 (Direito de resistência contra atos inválidos, 437)</i> |     |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| XVII  | — Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação ..... | 438 |
| XVIII | — Diferenças entre revogação e invalidação .....                                 | 440 |

|               |   |     |
|---------------|---|-----|
| Capítulo VIII | — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO   |     |
| I             | — Conceito de procedimento administrativo .....   | 441 |
|               | <i>Procedimento e ato complexo, 447</i>   |     |
| II            | — Requisitos do procedimento .....  | 448 |
| III           | — Importância do procedimento administrativo. Atualidade do tema .....  | 449 |
| IV            | — Objetivos do processo ou procedimento .....   | 452 |
| V             | — Espécies de procedimento .....  | 453 |
| VI            | — Fases do processo ou procedimento .....   | 455 |
| VII           | — Princípios do procedimento .....  | 456 |
| VIII          | — Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo .....   | 460 |
| IX            | — Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado .....  | 465 |
| X             | — O processo (ou procedimento) na legislação federal .....  | 466 |
|               | <i>Âmbito de abrangência, 467; Competência, 467; Princípios do processo e garantias do administrado, 468; Sequência processual, 473; Prazos processuais, 476; Revogação, anulação e convalidação, 477</i> |     |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| Capítulo IX | — LICITAÇÃO  |     |
| I           | — Conceito e finalidades .....   | 479 |
| II          | — A legislação sobre licitação .....   | 482 |
|             | <i>Normas gerais de licitação e contratos, 486</i>   |     |
| III         | — Os princípios da licitação .....   | 487 |
| IV          | — Quem está obrigado a licitar .....   | 490 |
| V           | — Os pressupostos da licitação .....   | 492 |
| VI          | — O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação .....  | 493 |
|             | <i>Bens singulares, 494; Serviços singulares, 495; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 495; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 496; Inexigibilidade de licitação, 499; Serviços técnicos de natureza singular, 501; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 504; Licitação proibida, 504</i> |     |

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| <b>VII</b>  | — <i>Modalidades da licitação</i> .....   | 505 |
|             | <i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 512; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 512; Pregão e consulta, 513 (Procedimento do pregão, 514); Registros cadastrais, 518; O registro de preços, 519; Comissões de licitação, 520; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 521; Alienação de bens, 522; Licitações internas e licitações internacionais, 522</i> |     |
| <b>VIII</b> | — <i>Etapas interna e externa da licitação</i> .....  | 523 |
|             | <i>Requisitos para instauração de licitação, 524; Vedações nas licitações, 524</i>  |     |
| <b>IX</b>   | — <i>Fases da licitação</i> .....   | 526 |
|             | <i>Exame dos afluentes à licitação, 526; Exame das propostas, 527; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 527; Esquema analítico das fases, 529; Sequência procedimental da concorrência, 529</i>  |     |
| <b>X</b>    | — <i>O edital</i> .....   | 532 |
|             | <i>Vícios do edital, 535</i>  |     |
| <b>XI</b>   | — <i>A habilitação</i> .....  | 535 |
|             | <i>Documentos substitutivos para habilitação, 541; Consórcios, 541; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 542; Comparecimento de um único licitante, 543; Pré-qualificação, 543; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 544; Efeito jurídico da habilitação, 544; Vícios da habilitação, 545</i>  |     |
| <b>XII</b>  | — <i>O julgamento</i> .....   | 546 |
|             | <i>Requisitos das propostas, 546; Objetividade do julgamento, 549; Classificação, 550; Desenpate entre as propostas, 550; Os "tipos" de licitação, 550; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 553; Classificação de uma só proposta, 553; Vícios da classificação, 553; Efeito jurídico da classificação, 555</i>   |     |
| <b>XIII</b> | — <i>Homologação e adjudicação</i> .....  | 555 |
| <b>XIV</b>  | — <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i> .....  | 556 |
| <b>XV</b>   | — <i>Recursos administrativos</i> .....   | 556 |

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| XVI        | — <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i> .....  | 557 |
|            | <i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 558; Revogação da licitação, 558; Anulação da licitação, 559</i>  |     |
| XVII       | — <i>Crimes</i> .....   | 561 |
| XVIII      | — <i>Licitação e mandado de segurança</i> .....   | 561 |
| Capítulo X | — <b>O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>  |     |
| I          | — <i>Introdução</i> .....   | 563 |
|            | <i>Peculiaridades do contrato administrativo, 564</i>   |     |
| II         | — <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...   | 565 |
| III        | — <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i> .....   | 567 |
| IV         | — <i>Conceito de contrato administrativo</i> .....  | 569 |
| V          | — <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i> .....   | 571 |
|            | <i>A lógica do contrato administrativo, 572</i>   |     |
| VI         | — <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i> .....   | 573 |
|            | <i>Alteração unilateral do contrato, 575; Alteração bilateral do contrato, 576; Extinção unilateral do contrato, 577; Outras hipóteses de extinção, 577; A “exceptio non adimpleti contractus”, 578; Prazo e prorrogação dos contratos, 578; Formalidades do contrato administrativo, 580; Eficácia dos contratos administrativos, 580; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 581; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 588</i> |     |
| VII        | — <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i> .....   | 589 |
|            | <i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 592; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 595</i>   |     |
| VIII       | — <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i> .....   | 597 |
| IX         | — <i>A teoria da imprevisão</i> .....   | 598 |
| X          | — <i>As cláusulas de reajustes de preços</i> .....  | 601 |
| XI         | — <i>Os reajustes e os índices oficiais</i> .....   | 602 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>  | <b>607</b> |
| <b>Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>  |            |
| <b>I — Conceito de serviço público .....</b>   | <b>611</b> |
| <i>a) Substrato material da noção de serviço público, 615; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 617</i>  |            |
| <b>II — Titularidade do serviço e titularidade da prestação .....</b>  | <b>620</b> |
| <b>III — Serviços públicos e outras atividades estatais ....</b>   | <b>621</b> |
| <i>Serviço público e obra pública, 621; Serviço público e poder de polícia, 622; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 624</i>  |            |
| <b>IV — Serviços públicos por determinação constitucional .....</b>  | <b>625</b> |
| <b>V — Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil .....</b>   | <b>627</b> |
| <i>a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 627; b) serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 628; c) serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 628; d) serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 628</i> |            |
| <b>VI — Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição .....</b>  | <b>629</b> |
| <b>VII — Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público .....</b>  | <b>630</b> |
| <b>VIII — Intervenção do Estado no domínio econômico ..</b>  | <b>631</b> |
| <i>Atividades privadas sob regime especial, 636; Monopólio, 639</i>  |            |
| <b>IX — Serviços públicos e serviços governamentais .....</b>  | <b>639</b> |
| <b>Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b>  |            |
| <b>I — Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais .....</b>  | <b>643</b> |

*A exploração do serviço como forma de remuneração, 644; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 645; Improriedade das definições legais, 648; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 652; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 653*

|                      |   |     |
|----------------------|---|-----|
| <b>II</b>            | — <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i> .....   | 655 |
|                      | <i>Licitação das concessões, 657; O “contrato” de concessão, 661; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 661</i>        |     |
| <b>III</b>           | — <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i> .....   | 663 |
| <b>IV</b>            | — <i>Os poderes do concedente</i> .....   | 666 |
| <b>V</b>             | — <i>Os direitos do concessionário</i> .....  | 671 |
|                      | <i>Remuneração do concessionário, 671</i>   |     |
| <b>VI</b>            | — <i>As tarifas</i> .....   | 672 |
|                      | <i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 675; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 675</i> |     |
| <b>VII</b>           | — <i>Os direitos dos usuários</i> .....   | 681 |
| <b>VIII</b>          | — <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i> .....   | 682 |
| <b>IX</b>            | — <i>A reversão dos bens</i> .....  | 687 |
| <b>X</b>             | — <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i> .....   | 689 |
| <b>XI</b>            | — <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i> .....  | 690 |
| <b>XII</b>           | — <i>Permissão de serviço público</i> .....   | 692 |
| <b>XIII</b>          | — <i>Situações transitórias na lei de concessões</i> .....  | 703 |
| <b>Capítulo XIII</b> | — <b>PODER DE POLÍCIA</b>   |     |
| <b>I</b>             | — <i>Introdução</i> .....   | 705 |
| <b>II</b>            | — <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i> .....  | 709 |
| <b>III</b>           | — <i>Fundamento da polícia administrativa</i> .....   | 710 |
| <b>IV</b>            | — <i>Supremacia geral e supremacia especial</i> .....   | 711 |
| <b>V</b>             | — <i>Essência do poder de polícia</i> .....   | 716 |

*Traços característicos, 718*

|      |   |     |
|------|---|-----|
| VI   | — <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i> .....  | 720 |
| VII  | — <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i> .....                              | 722 |
| VIII | — <i>O poder de polícia é discricionário?</i> .....   | 723 |
| IX   | — <i>Definição de polícia administrativa</i> .....  | 724 |
| X    | — <i>Polícia geral e polícia especial</i> .....   | 724 |
| XI   | — <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i> ....   | 726 |
| XII  | — <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> .....                                     | 728 |
| XIII | — <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i> ..... | 730 |
| XIV  | — <i>Setores da polícia administrativa</i> .....  | 731 |
| XV   | — <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> .....                                    | 731 |

Capítulo XIV — **DESAPROPRIAÇÃO**

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| I     | — <i>Conceito</i> .....  | 734 |
| II    | — <i>Fundamentos da desapropriação</i> .....   | 739 |
| III   | — <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i> .....  | 740 |
| IV    | — <i>Requisitos da desapropriação</i> .....  | 741 |
| V     | — <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> .. | 743 |
| VI    | — <i>Objeto da desapropriação</i> .....  | 744 |
| VII   | — <i>Beneficiários da desapropriação</i> .....   | 746 |
| VIII  | — <i>Fases do procedimento expropriatório</i> .....  | 746 |
| IX    | — <i>A declaração de utilidade pública</i> .....   | 747 |
| X     | — <i>A imissão provisória de posse</i> .....   | 750 |
| XI    | — <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i> .....                              | 752 |
| XII   | — <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i> .....  | 757 |
| XIII  | — <i>Desapropriação por zona</i> .....   | 757 |
| XIV   | — <i>Desapropriação indireta</i> .....   | 758 |
| XV    | — <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i> .....  | 759 |
| XVI   | — <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i> ....   | 760 |
| XVII  | — <i>Requisição</i> .....  | 773 |
| XVIII | — <i>Servidão administrativa</i> .....   | 774 |

|                |   |     |
|----------------|---|-----|
| Capítulo XV    | — <b>GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS</b>   |     |
| I              | — <i>Conceito</i> .....   | 779 |
| II             | — <i>Os bens com relação à sua destinação</i> .....   | 780 |
| III            | — <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i> .....   | 781 |
| IV             | — <i>Regime jurídico dos bens públicos</i> .....  | 781 |
| V              | — <i>Os bens quanto à sua natureza física</i> .....   | 784 |
|                | a) <i>Bens do domínio hídrico, 785; b) Bens do domínio terrestre, 786 (Domínio do solo, 786; Domínio do subsolo, 790)</i>   |     |
| VI             | — <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i> .....   | 791 |
| VII            | — <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i> .....   | 792 |
|                | a) <i>Utilização dos bens de uso comum, 792; b) Utilização dos bens de uso especial, 796; c) Utilização dos bens dominicais, 797</i>  |     |
| <b>PARTE V</b> | — <b>O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO</b> .....   | 801 |
| Capítulo XVI   | — <b>PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>  |     |
| I              | — <i>Controle interno e externo</i> .....   | 803 |
|                | a) <i>Controle interno, 805; b) Controle externo, 806</i>   |     |
| II             | — <i>Controle parlamentar direto</i> .....  | 806 |
|                | a) <i>Sustação de atos e contratos do Executivo, 806; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 806; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 807; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 807; e) Poderes controladores privativos do Senado, 808; f) Julgamento das contas do Executivo, 808; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 809</i> |     |
| III            | — <i>Controle pelo Tribunal de Contas</i> .....   | 809 |
|                | a) <i>Compostura e composição do Tribunal de Contas, 809; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 810; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 811</i>  |     |

|    |   |     |
|----|---|-----|
| IV | — <i>Controle jurisdicional (panorama)</i> .....  | 812 |
|    | a) "Habeas corpus", 813; b) Mandado de segurança, 813; c) "Habeas data", 814; d) Mandado de injunção, 814; e) Ação popular, 815; f) Ação civil pública, 815; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 816 |     |

Capítulo XVII — **DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL**

|      |  |     |
|------|--|-----|
| I    | — <i>Introdução</i> .....  | 817 |
| II   | — <i>Princípio da legalidade</i> .....   | 819 |
| III  | — <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....   | 820 |
|      | <i>Mérito do ato</i> , 823   |     |
| IV   | — <i>Fundamentos da discricionariedade</i> .....   | 824 |
| V    | — <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i> .....  | 827 |
| VI   | — <i>Conceito de discricionariedade</i> .....  | 831 |
| VII  | — <i>Limites da discricionariedade</i> .....   | 831 |
| VIII | — <i>Extensão do controle judicial</i> .....   | 836 |
|      | a) Exame dos motivos, 836; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 838; c) Exame da causa do ato, 841 |     |
| IX   | — <i>Relatividade da competência discricionária</i> .....  | 842 |
| X    | — <i>Conclusão</i> .....   | 848 |

Capítulo XVIII — **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| I   | — <i>Introdução</i> .....   | 852 |
| II  | — <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i> .....   | 853 |
| III | — <i>Originalidade da responsabilidade pública</i> .....  | 855 |
| IV  | — <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i> .....   | 858 |
| V   | — <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i> .....  | 859 |
|     | a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 859; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 861; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 861; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 864 |     |
| VI  | — <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i> .....  | 865 |

|      |   |     |
|------|---|-----|
| VII  | — <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i> .....   | 866 |
| VIII | — <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i> .....   | 866 |
| IX   | — <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i> .....  | 868 |
|      | a) <i>Danos por ação do Estado</i> , 869; b) <i>Danos por omissão do Estado</i> , 871; c) <i>Danos dependentes de situação produzida pelo Estado diretamente propiciatória</i> , 876  |     |
| X    | — <i>O dano indenizável</i> .....   | 879 |
| XI   | — <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i> .....  | 882 |
| XII  | — <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i>   |     |
|      | a) <i>Introdução</i> , 884; b) <i>Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil</i> , 886; c) <i>Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente</i> , 889; d) <i>Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros</i> , 892; e) <i>Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira</i> , 894 |     |

Capítulo XIX — **A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO**

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| I   | — <i>Prescrição, decadência e preclusão</i> .....  | 898 |
| II  | — <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i> ..... | 900 |
| III | — <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i> .....  | 901 |
| IV  | — <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i> .....   | 903 |
| V   | — <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i> .....       | 904 |
| VI  | — <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i> .....  | 906 |

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> ..... | 909 |
|-------------------------------|-----|